



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 567881 - SC (2020/0072549-8)

**RELATOR : MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
RENATA MOURA TUPINAMBÁ - RJ196895
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PACIENTE : MARILENE ESPINDOLA
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

DECISÃO

Trata-se de **habeas corpus** substitutivo de recurso especial, com pedido liminar, impetrado em favor de **MARILENE ESPINDOLA**, contra v. acórdão proferido pelo eg. **Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina**, restando assim ementado (fls. 427-435):

“AGRAVO EM EXECUÇÃO PENAL. INSURGÊNCIA DEFENSIVA CONTRA DECISÃO QUE INDEFERIU A CONCESSÃO DE INDULTO, REFERENTE AO DECRETO N. 9.246/2017. PRETENSA REFORMA DA DECISÃO. IMPOSSIBILIDADE. NÃO EFETUADO ADIMPLEMENTO DE UMA DAS PENAS RESTRITIVAS DE DIREITOS FIXADAS SENTENCIALMENTE. CUMPRIMENTO DA FRAÇÃO DE 1/5 (UM QUINTO) NÃO CUMPRIDO. REQUISITO OBJETIVO NÃO PREENCHIDO. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.”

No presente **habeas corpus**, a d. Defesa repisa os argumentos da peça originária, aduzindo que “a **PACIENTE** preencheu o requisito objetivo exigido pelo Decreto, ostentando o cumprimento de 90% da reprimenda de prestação pecuniária e de 11,52% da pena de prestação de serviços comunitários, o que representa 50,76% do total da pena. E diversamente do que ficou assentado no acórdão impugnado, a utilização do cálculo global, e não individual, das penas restritivas de direitos para a concessão do indulto justifica-se porque tal critério é o mesmo utilizado para calcular o restante da pena a cumprir em caso de conversão das penas restritivas de direitos em

privativas de liberdade (CP, art. 44, § 4º, parte final), além de atender à garantia constitucional da individualização da pena e ao postulado da proporcionalidade” (fl. 8).

Requer, inclusive LIMINARMENTE, “a ordem de habeas corpus determinando-se ao Juízo de primeiro grau a imediata apreciação do pedido de indulto formulado pela Paciente, considerando-se desde logo cumprido o requisito objetivo [...] Ao final, concedida ou não a liminar, seja DECLARADA a ilegalidade do acórdão impugnado, reconhecendo-se o atendimento do requisito objetivo para conceder o indulto à PACIENTE ou, subsidiariamente, determinar ao Juízo de origem que analise apenas o preenchimento do requisito subjetivo. Subsidiariamente, caso não seja conhecido o habeas corpus, seja a ordem concedida de ofício, diante da manifesta ilegalidade (CRFB/88, art. 5.º, LXVIII; CPP, art. 654, § 2.º)” (fl. 11).

É o relatório.

Decido.

Na hipótese, ao menos **em sede de cognição sumária**, verifica-se que o **pedido liminar tem caráter eminentemente satisfativo**, devendo ser analisado após a devida instrução do feito e oitiva do d. Ministério Público Federal.

Exemplificativamente:

"AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. INDEFERIMENTO DE LIMINAR. EXCEPCIONALIDADE. NÃO CONFIGURAÇÃO. DESCABIMENTO DO RECURSO.

1. É assente na jurisprudência deste Tribunal Superior o entendimento no sentido de que não é cabível a interposição de agravo regimental contra decisão de Relator que, fundamentadamente, indefere pleito de liminar.

2. Não se verifica excepcionalidade quando a tutela de urgência não é concedida em razão da satisfatividade da medida e da ausência, de plano, de demonstração da ilegalidade manifesta, pairando sobre a agravante a acusação de integrar organização criminosa interestadual, voltada à narcotraficância.

3. Recurso não conhecido.” (AgRg no HC 348.622/DF, Quinta Turma, Rel. Min. Jorge Mussi, DJe 28/03/2016)

"PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO RECEBIDO COMO AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. LIMINAR. NÃO CABIMENTO. AFASTAMENTO DA REINCIDÊNCIA. PRETENSÃO SATISFATIVA. AGRAVO NÃO CONHECIDO.

1. A jurisprudência desta Corte é pacífica no sentido de que não cabe agravo regimental contra a decisão do relator que, em habeas corpus, defere ou indefere a liminar, de forma motivada.

*2. Ademais, o afastamento da reincidência reconhecida pelas instâncias ordinárias constitui pretensão claramente satisfativa, melhor cabendo seu exame no julgamento do mérito pelo colegiado, juiz natural da causa, assim inclusive garantindo-se a necessária segurança jurídica. 3. Pedido de reconsideração recebido como agravo regimental, do qual não se conhece." (RCD no HC 407.179/SP, **Sexta Turma**, Rel. Min. **Nefi Cordeiro**, DJe 09/10/2017)*

Por este motivo, **indefiro o pedido liminar.**

Solicitem-se, com urgência e via telegrama, informações atualizadas e pormenorizadas à autoridade indigitada de coatora e ao d. Juízo das Execuções Penais.

Após, vista dos autos ao d. Ministério Público Federal.

P. I.

Brasília, 23 de março de 2020.

Ministro LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO (DESEMBARGADOR CONVOCADO
DO TJ/PE)
Relator